

Educação profissional para surdos: uma vivência político-pedagógica no centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

Vilmar Silva

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar pontos de ruptura na trajetória do Núcleo de Educação Profissional para Surdos (NEPS) durante os seus primeiros oito anos de trabalho - 1992 a 2000 - no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC), mais precisamente, na Unidade de Ensino de São José (UNED/SJ), a partir de um estudo de caso histórico-institucional. Para tanto, estabeleci uma aproximação entre a Educação Profissional numa perspectiva crítica e os Estudos Surdos em Educação, tendo como ponto de convergência as relações de poder no âmbito da educação profissional.

Palavras chaves

Surdos - Educação. Ensino profissional. Educação para o trabalho.

Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC, Mestre em Educação pela UFSC.

Professional education for the deaf : a political-pedagogical experience at the Federal Center of Technology Education in Santa Catarina

Abstract

The purpose of this article is to analyze disruptions in the trajectory of the Professional Education Center for the Deaf (NEPS) during its first eight years of work from 1992 – 2000 at the Federal Center of Technology Education of Santa Catarina (CEFET/SC), more precisely at the Educational Unit of São José (UNED/SJ). It is based on a historical-institutional case study. An approximation was established between Professional Education through a critical perspective and Deaf Studies in Education, with a point of convergence the power relations in the realm of professional education.

Key words

Deaf Education. Profissional education. Career education.

Introdução

Para investigar os pontos de ruptura na trajetória do Núcleo de Educação Profissional para Surdos (NEPS) no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC),¹ optei por realizar um estudo de caso histórico-institucional² a partir da fala de alunos e egressos do NEPS.

Na primeira etapa do estudo fiz uma leitura dos principais documentos que orientaram as atividades do NEPS no período de 1992 a 2000, tanto no âmbito do CEFET/SC (Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem, Contextualização do Curso Pré-Técnico Especial, Projeto de Educação Profissional de Nível Básico para Surdos) como do Ministério da Educação (LDB 9.394/96, Decreto nº 2.208/97, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Médio), que estavam associados às recentes mudanças que ocorreram na educação profissional brasileira.

A leitura desses documentos foi de fundamental importância para identificar as principais mudanças que ocorreram no NEPS durante os seus oito anos de existência, o que me permitiu levantar quatro temas a serem discutidos:

- a) os surdos no Curso Técnico de Refrigeração e Ar-Condicionado e no Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem;
- b) os surdos no Curso Pré-Técnico Especial;
- c) os surdos nos cursos de Educação Profissional de Nível Básico;
- d) os surdos no Núcleo de Educação Profissional para Surdos.

A partir dos temas formei os grupos de discussão com alunos e egressos do NEPS, onde cada grupo correspondia a um dos temas identificados anteriormente. Para discutir os temas os sujeitos da pesquisa deveriam dominar a língua brasileira de sinais, participar dos movimentos surdos da Grande Florianópolis e ter estudado, no mínimo, em um dos cursos já realizados pelo NEPS.

Durante o processo de discussão de cada grupo, para garantir a fidedignidade das informações coletadas, estabeleci que na conversa com os egressos e alunos apenas situaria o tema e o objetivo da pesquisa, deixando-os, em seguida, sozinhos para que a discussão se desenvolvesse a partir dos próprios surdos. Além disso, todas as discussões em Libras foram registradas em filmes. Porém, a tradução para a língua portuguesa de cada grupo foi feita por mim, pelos próprios sujeitos pesquisados e pelo professor surdo do NEPS, pois a principal preocupação nessa etapa da pesquisa era garantir a fidedignidade da tradução.

Na formação de cada grupo também se acordou que não seriam utilizados os nomes dos sujeitos pesquisados, mas o código S₁, S₂... S_n, pois muitos relatos eram confidenciais, envolvendo fatos e pessoas do cotidiano escolar.

Para sistematizar os dados efetuei uma categorização preliminar, tendo como critério o tema em discussão, isto é, *Educação Profissional para Surdos*, subdividido em duas categorias que envolvem diretamente esse tema: *educação de surdos e trabalho*.

Essa categorização preliminar, bem como as posteriores, foram organizadas a partir de cada grupo de discussão separadamente, pois tinha-se por objetivo analisar os movimentos de rupturas que o NEPS realizou em cada etapa de sua trajetória.

Foi esse estudo de caso que me permitiu visibilizar e analisar os principais pontos de ruptura na trajetória do NEPS no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina³.

Os surdos no Curso Técnico de Refrigeração e Ar-Condicionado e no Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem: o início de uma trajetória

O Curso Técnico de Refrigeração e Ar-Condicionado (RAC), até a implantação da reforma da educação profissional brasileira, materializada no Decreto nº 2.208/97, tinha em sua proposta curricular uma articulação entre os conhecimentos técnicos e os de cultura geral.

Em 1988, na estrutura técnico-pedagógica do curso de RAC, tinha-se que:

a grade curricular é composta das matérias de Português, Estudos Sociais, Matemática, Ciências e as disciplinas do artigo (7º), [...]. O curso inicia desde sua 1^a fase com disciplinas profissionalizantes como é o caso de Desenho Técnico, Materiais e Elementos de Máquinas e Solda Elétrica e Oxí-Acetilênica.⁴ (UNED/SJ, 1998, p. 10).

A articulação entre teoria e prática nas grades curriculares dos cursos técnicos da Unidade de Ensino de São José, desde a primeira fase, permitia uma formação profissional na qual o trabalho manual não estava desvinculado do trabalho intelectual. A junção entre teoria e prática provavelmente foi uma das variáveis que possibilitou o alto nível de qualidade no ensino que as Escolas Técnicas Federais vinham desenvolvendo até 1997, quando o governo federal aprovou o Decreto nº 2.208/97, desvinculando o ensino médio do ensino técnico.

Além disso, de acordo com Frigotto (1997), nas duas últimas décadas, até o momento em que o MEC encaminhou ao poder legislativo o Projeto Lei nº

1.603/96, as Escolas Técnicas Federais vinham tendo “avanços significativos no processo de democratização e na estruturação de projetos político-pedagógicos” que buscavam “a perspectiva de uma educação unitária”.

Nesse período, mais precisamente em 1988, o primeiro surdo da Grande Florianópolis passou a freqüentar o Curso Técnico de RAC. Porém, mesmo que participasse desse processo de democratização interna das Escolas Técnicas Federais, só após o quarto ano de sua permanência no curso é que a escola oficialmente propõe uma alternativa pedagógica para amenizar as suas dificuldades em sala de aula.

É elaborado, então, o Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem⁵ com o objetivo de “desenvolver a fala de alunos surdos através da linguagem e da cognição com o intuito de garantir a permanência dos mesmos nos cursos técnicos e facilitar o seu ingresso no mercado de trabalho.” (SACENTI, 1992, p. 4).

A fala oral, que limitou no passado a organização política e social dos surdos, no início da década de 90 do século XX é o embrião do Núcleo de Educação Profissional para Surdos no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, mais precisamente na Unidade de Ensino de São José (UNED/SJ). Portanto, o ponto de partida dessa trajetória de certa forma coincide com o que Amman (1669 - 1724)⁶ e Heinicke (1729 - 1784)⁷ propunham. Isto é, a transformação dos surdos em ouvintes mediante a oralização.

Para “desenvolver a fala” oral os alunos deveriam participar do processo educativo nos mesmos moldes dos ouvintes, porém, com o suporte pedagógico do Projeto. Isto se evidencia nos próprios objetivos específicos, entre os quais enumero:

- a) Estabelecer procedimentos individuais para reeducação da comunicação oral e escrita;
- b) Desenvolver a comunicação oral do portador de deficiência auditiva através de processos fonológicos e fonéticos da língua oral, aperfeiçoando assim sua dicção, entonação e ritmo para conquistar a auto-confiança e consequentemente a integração social.

Para o Projeto, nesse momento o que prevalece são os pressupostos do Congresso de Milão. Em outras palavras, o processo educativo adotado é o corretivo, em que o desenvolvimento dos alunos surdos deveria se dar preferencialmente através da modalidade oral e de forma individualizada, para que eles pudessem adquirir uma boa “dicção, entonação e ritmo” em sua fala. Se assim ocorresse, os alunos surdos estariam mais próximos do modelo ouvinte, o que lhes facilitaria interagir nas atividades pedagógicas e na sua inserção no mercado de trabalho, segundo tal concepção.

Essa abordagem oralista adotada pelo Projeto concebia o surdo a partir de uma deficiência que deveria ser minimizada mediante a estimulação auditiva e o uso de técnicas fonoarticulatórias para a aprendizagem da língua portuguesa em sua modalidade oral, o que o levaria a integrar-se na comunidade de ouvintes. O objetivo era fazer uma “reabilitação” do aluno surdo em direção à “normalidade”.

Além dessa concepção de surdo apresentada no Projeto, também se percebe um conceito bastante simplificado de língua. Nesse caso, a língua parecia ser usada de forma artificial, enquanto um conjunto de regras gramaticais e fonoarticulatórias que propiciaria a comunicação entre surdos e ouvintes.

Entretanto, o processo de apropriação de uma língua não pode ser visto apenas como um conjunto de regras gramaticais e fonoarticulatórias, pois

uma característica essencial de uma língua é o sistema conceitual hierárquico. A formação deste sistema não é uma tarefa simples para a criança, ela não pode construir um sistema conceitual mais complexo se não estiver interagindo através de uma língua,⁸ com pessoas de sua comunidade (GOLDFELD, 1997, p. 87).

Ainda em relação aos objetivos, o Projeto deveria facilitar a permanência dos alunos surdos no curso técnico. Portanto, seria pertinente que o próprio Projeto fosse construído também com a participação dos alunos surdos. Porem, isto não se sucedeu. É o que se evidencia na fala de (S₁), quando questiona os seus ex-colegas de curso:

- *"Como vocês se sentiam em sala de aula?" (S₁)- "Quando eu cheguei aqui me senti mal, pois os professores não sabiam como ensinar os surdos" (S₂)- "Na época eu tinha que ter muita paciência, pois muitas vezes eu tentava perguntar para os alunos ouvintes o que o professor tinha falado, só que eles não tinham como responder, porque não entendiam a minha voz e nem conheciam a língua de sinais" (S₂).*

A necessidade que os alunos tinham de conversar através da língua de sinais não se justificava para o Projeto, tendo em vista que o objetivo era essencialmente o desenvolvimento da fala oral. Essa premissa forçava a um único movimento, ou seja, a aproximação dos surdos aos padrões de normalidade estabelecidos pelos ouvintes. Portanto, não tinha sentido considerar o descontentamento dos surdos quanto ao uso da língua de sinais por parte dos professores no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Porém, mesmo que o objetivo fosse o desenvolvimento da fala oral, para os alunos surdos a abordagem oralista em sala de aula era insuficiente. Essa insatisfação pode ser verificada nas seguintes falas:

- *"Eu sempre perguntava para os professores, mas eles só respondiam oralmente e eu não comprehendia nada" (S₁).*
- *"Quando eu entrava em sala de aula e via os professores só oralizando eu ficava nervosa e não entendia nada" (S₂).*
- *"Eles só explicavam para os ouvintes" (S₃).*

As atitudes dos professores em sala de aula, expressas nos relatos, demonstram que os alunos surdos “não aprendiam nada”, pois eles só “respondiam oralmente” ou “só explicavam para os ouvintes”. Por um lado, tais atitudes podem ser vistas como displicentes, mas, por outro lado, também podem ser entendidas como um reflexo da falta de preparo dos professores, na sua formação profissional, quanto à melhor forma de comunicação entre surdos e ouvintes. Contudo, não se justifica a acomodação frente às diversas situações-problema que a presença dos alunos surdos provocavam em sala de aula, evidenciadas através da manifestação (S₁):

- *"Eu conversei com os professores que não estava comprehendendo, porém eles não melhoraram sua postura pedagógica em sala de aula. Então, eu conversei com a supervisora da escola, só que ela também não resolveu o problema".*

Entretanto, esse descontentamento não se verifica quando os alunos surdos se manifestam em relação ao Projeto, mesmo que o seu objetivo fosse o desenvolvimento da língua oral. O que se observa é que, na maioria das vezes, os alunos surdos se sentiam satisfeitos com as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores no Projeto, contrapondo-se às atividades desenvolvidas em sala de aula. Esse grupo de discussão comenta que:

- *"No Projeto era bem melhor que em sala de aula" (S₁)- "No Projeto eu melhorei tanto em redação como em Matemática" (S₂)- "O ensino era dirigido e as perguntas eram respondidas. Mas os professores sabiam poucos sinais" (S₃).*

As atividades desenvolvidas no Projeto demonstram que, para os alunos surdos, a questão não estava no desenvolvimento da fala oral, mas na possibilidade de estarem interagindo no campo educacional para superar barreiras até então intransponíveis, como a leitura de textos, a melhoria na redação e em Matemática, a possibilidade de as perguntas serem respondidas, mesmo que os professores conhecessem “poucos sinais”.

Uma possibilidade dessa aprendizagem descrita pelos alunos surdos, principalmente no campo da leitura e da escrita, pode estar vinculada a uma das ações do próprio Projeto, que além de desenvolver a comunicação oral também pretendia levar os alunos surdos a lerem e a escreverem vocábulos, frases e textos “através de técnicas que dessem ênfase a pistas visuais, tais como: desenho, ilustrações, dramatização, vídeo e informática” (SACENTI, 1992, p. 5).

Através dessa ação se têm os primeiros resultados positivos na trajetória do NEPS, indicadores da relevância da experiência visual para os surdos no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, os resultados não podem ser vistos como os primeiros indícios de uma educação bilíngüe, mas como uma estratégia para compensar as dificuldades da comunicação feita através da audição. Vieira (2000) afirma que o treinamento da comunicação visual numa abordagem oralista multi-sensorial⁹ objetiva aumentar a quantidade de informação, familiarizando o surdo quanto ao papel exercido pela visão para desenvolver a oralidade.

Uma outra possibilidade pode estar no fato de que, no Projeto, o ensino era individualizado, o que exigia uma aproximação entre professor e aluno, permitindo a construção de estratégias pedagógicas que facilitavam a leitura labial, bem como os escritos dos professores e alunos. Dessa forma, a compreensão das perguntas e respostas era facilitada tanto aos alunos surdos como aos professores.

Apesar de os alunos surdos se sentirem satisfeitos quanto às atividades pedagógicas desenvolvidas no Projeto, mesmo que este privilegiasse os pressupostos teóricos do oralismo, ele não foi suficiente para manter no Curso Técnico RAC os alunos surdos que não oralizavam. Para os alunos (S₂) e (S₃), que só conversavam mediante a língua brasileira de sinais ou através da língua portuguesa na modalidade escrita, a postura dos professores e dos alunos ouvintes não contribuiu para a sua permanência na escola, o que pode ser observado em algumas falas durante a discussão em grupo:

- "No laboratório eu ficava perto da professora quando ela estava explicando, mas eu não compreendia nada do que ela dizia. Para minha infelicidade ela avaliava oralmente, pedindo aos alunos para falarem o que tinham compreendido. Ela também pedia para eu explicar, mas o que podia fazer, se eu não entendia nada e além disso, só falava em LIBRAS. Como eu não conseguia falar eu só tirava zero nas minhas avaliações" (S₃).
- "Vocês conseguiam conversar com os ouvintes" (S₂)? - "[...] Eu não conseguia conversar, pois só falava em LIBRAS" (S₂) - "[...] Depende, às vezes eu tentava oralizar, mas era muito difícil, e às vezes eu procurava falar em LIBRAS, mas era mais difícil do que oralizar, porque os professores e os alunos não compreendiam nada" (S₂).

Os alunos só se comunicavam com proficiência em LIBRAS, o que não era estimulado no ambiente escolar, pelo menos no espaço em que algum profissional da instituição estivesse presente. Porém, via-se na clandestinidade algumas mãos em constante movimento, principalmente no recreio e no ponto de ônibus.

Embora esses alunos surdos fizessem emergir a insuficiência da abordagem oralista, a expectativa dos professores tanto de sala de aula quanto do Projeto era que, com o decorrer do tempo, eles se adaptassem ao mundo oralista. Não havia questionamentos quanto as mudanças e movimentos que os ouvintes deveriam realizar frente à diferença.

Tal prática pedagógica exigiu dos alunos resultados que não podiam dar, como por exemplo a fala oral, e começou a gerar um sentimento de insatisfação e incompetência, refletindo negativamente no desenvolvimento escolar, o que, provavelmente, motivou-os a sair do Curso Técnico de RAC.

- *"Como os professores daqui não me ensinavam eu conversei com a minha mãe e resolvi sair" (S₃).*
- *"Eu reprovei na primeira série e então resolvi sair da Escola Técnica" (S₂).*

Entretanto, a UNED/SJ acreditava que através do Projeto estaria “abrindo a primeira porta”, na Grande Florianópolis, “para estes cidadãos poderem obter uma formação com qualidade, permitindo o seu ingresso no mercado de trabalho.” (SACENTI, 1992, p. 5). Nesta frase observa-se a vinculação entre cidadania, formação e mercado de trabalho, ou seja, a cidadania do surdo dependia de sua adaptabilidade ao processo produtivo. Portanto, pode-se inferir que a escola estaria “abrindo a primeira porta” para formar profissionais surdos que atendessem diretamente às necessidades do capital. Essa visão unilateral de educação profissional, que se reduz ao preparo do trabalhador para um emprego, provavelmente não permite reflexões no processo educativo sobre o trabalho enquanto categoria que pode explicar as relações sociais de dominação a que está submetida a classe trabalhadora. Além disso, mesmo dentro da lógica do capital essa concepção unilateral de educação profissional não tinha como garantir o emprego ao futuro trabalhador surdo, pois o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem provocado cada vez mais a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, e o próprio governo federal, à época (1992), começava a substituir em seu discurso o conceito de “pleno emprego” por “empregabilidade”.

Em 1994 o Projeto quase se extinguiu, pois não se via a perspectiva de ingresso de outros alunos surdos nos cursos técnicos. Para se certificar dessa realidade os profissionais do Projeto, nesse mesmo ano, realizaram um levantamento junto às escolas públicas na Grande Florianópolis, buscando verificar quantos alunos surdos estariam potencialmente preparados para freqüentar os cursos técnicos oferecidos pela UNED/SJ. O resultado demonstrou que a maioria dos alunos surdos não eram oralizados e que eram raros os que concluíam o ensino fundamental, o que gerou, inicialmente, uma situação de incerteza quanto à continuidade do Projeto. A partir dos resultados da pesquisa, o sentimento de resistência se refletiu positivamente estimulando os professores a uma “re-visão” no Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem.

Os surdos no Curso Pré-Técnico Especial: um desvelar da surdez e do mundo surdo

A partir do levantamento realizado nas escolas públicas quanto à possibilidade de se ter alunos surdos oralizados nos cursos técnicos da UNED/SJ e das reflexões desencadeadas ao longo dos três anos de trabalho do Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem, optou-se por efetuar algumas mudanças na forma do trabalho que vinha sendo desenvolvido. A principal delas foi a criação em 1995 do Curso Pré-Técnico Especial com quatro anos de duração, destinado exclusivamente a oito alunos surdos que estivessem cursando, no mínimo, a quinta série do ensino fundamental em uma escola pública da Grande Florianópolis e que demonstrassem interesse em estudar num dos cursos técnicos oferecidos pela UNED/SJ.

Entretanto, o Curso Pré-Técnico Especial manteve a mesma proposta pedagógica do Projeto, ou seja, “desenvolver a fala de alunos surdos através da linguagem e da cognição com o intuito de facilitar o seu ingresso e a sua permanência nos cursos técnicos oferecidos pela UNED/SJ.”

A expectativa do grupo de trabalho era de que, durante os quatro anos do curso Pré-Técnico Especial, os alunos surdos pudessem desenvolver a língua oral, o que facilitaria o seu ingresso e permanência nos cursos técnicos.

Entretanto, a fala dos alunos surdos demonstra justamente o contrário:

- *“O oralismo foi muito ruim no Curso Pré-Técnico Especial, porque eu não entendia nada do que os professores falavam” (S₉).*
- *“Eu acho que quando a professora ensinava a falar em sala era uma perda de tempo, porque eu tinha outras coisas mais importantes para aprender” (S₄).*

Porém, ao mesmo tempo que o oralismo foi inadequado para os surdos, a criação do Curso Pré-Técnico Especial foi positiva, ao propor um curso voltado para alunos surdos. O convívio e a interação em sala de aula permitiram a identificação de uma diversidade linguística entre os oito alunos surdos que estavam freqüentando o curso. O ambiente pedagógico era composto de surdos bilíngües, surdos que dominavam parcialmente o português oral e/ou escrito, surdos que dominavam apenas a língua de sinais e surdos que não dominavam nem a língua de sinais e nem o português escrito ou oral. Entretanto, no decorrer das atividades pedagógicas, verificou-se que os alunos surdos bilíngües compreendiam as orientações dos professores quando estas se davam no campo escrito ou parcialmente, quando o aluno fazia a leitura labial. Porém, durante o processo de mediação, as dificuldades eram resolvidas sem grandes problemas.

- *"Em 1995 comecei a estudar na UNED/SJ e gostei, porque comecei a aprender as matérias que os professores explicavam. Além do Português e da Matemática eu queria aprender outras disciplinas para aumentar o meu conhecimento" (S₅).*

Os que dominavam apenas a língua de sinais eram mediados pelos surdos bilíngües e também desenvolviam as atividades propostas. Como pode ser visto através de (S₄):

- *"Quando a professora passava os exercícios os meus amigos me ensinavam os significados das palavras em LIBRAS".*

Os que conheciam parcialmente o português escrito e/ou oral solicitavam com freqüência técnicas fonoarticulatórias para facilitar a leitura labial durante os diálogos realizados em sala de aula.

- *"No Curso Pré-Técnico Especial tinha pouco tempo para os alunos treinarem a leitura labial" (S₆).*

Os que não dominavam a língua de sinais nem o português ficavam atônitos com os movimentos das mãos dos colegas e dos lábios dos professores, que para eles, provavelmente, tinham pouca significação.

O surdo, nesse ambiente, começou a revelar seu mundo quando passou a se expressar com as mãos, ainda que aquele falar de gestos tão rápidos e expressivos fosse incompreensível para os professores, ao mesmo tempo que era tão natural para a maioria deles. O desvelar dessa nova língua trouxe consigo a possibilidade de se construir uma comunicação mais efetiva entre professores e alunos, o que forçou o Curso Pré-Técnico Especial a reorientar suas atividades pedagógicas, não desprezando a oralidade, mas ampliando para outras formas de comunicação, entre elas os sinais utilizados pelos próprios surdos.

Assim, em 1996 o Curso Pré-Técnico Especial ampliou o número de vagas para quatorze alunos e também modificou a sua abordagem metodológica. O curso continuou com o mesmo objetivo: ensinar a língua oral. Porém, passou a utilizar no processo pedagógico simultaneamente a fala, o aparelho de amplificação sonora, a leitura labial, a escrita, os sinais da língua brasileira de sinais, o alfabeto datilológico, o desenho, a linguagem corporal, entre outros procedimentos. Na realidade todas essas possibilidades de comunicação tinham como objetivo fazer com que os surdos e os ouvintes se entendessem no processo educativo. Para Goldfeld (1997), esses procedimentos metodológicos se coadunam com a abordagem pedagógica da comunicação total.

Nesse ambiente comunicativo, a exposição dos conteúdos era feita de forma simultânea entre o português oralizado e sua representação em sinais, acompanhando a linearidade da estrutura da língua portuguesa, na expectativa de que esse procedimento pudesse facilitar o seu aprendizado.

- *"Em 1996 alguns professores do Curso Pré-Técnico Especial usavam ao mesmo tempo sinais e fala" (S₉) - "[...] Para mim o português oral não pode estar junto com sinais, porque fica tudo confuso" (S₉).*
- *"No Pré-Técnico Especial os professores ensinavam com o oralismo ou LIBRAS?" (S₉)*
- *"[...] Eles misturavam, eles usavam sinais e falavam ao mesmo tempo. Desta forma, eu não entendia nada" (S₉).*

As afirmações “fica tudo confuso” quando se usa “ao mesmo tempo sinais e fala” e “eu não entendia nada” quando “eles usavam sinais e falavam ao mesmo tempo” encontram ressonância em autores como Lacerda (1996) e Goldfeld (1997).

Para Lacerda (1996), a comunicação simultânea (fala/sinais) só é possível pelo fato de os códigos manuais seguirem a estrutura gramatical da língua majoritária, pois as línguas de sinais possuem estruturas próprias e bem distintas das línguas faladas. Não se pode falar e sinalizar simultaneamente duas línguas. A construção de uma frase na língua de sinais não segue a mesma seqüência de uma língua falada. A estrutura frasal é uma das características que não permitem a sobreposição entre uma língua falada e a língua de sinais.

Para Goldfeld (1997, p. 41), “a língua de sinais não pode ser utilizada simultaneamente com o português, pois não temos capacidade neurológica de processar simultaneamente duas línguas com estruturas diferentes.”

Nesse novo contexto de comunicação do Curso Pré-Técnico Especial os embates pedagógicos entre alunos e professores passaram a ser uma constante, principalmente quanto à utilização do português sinalizado. Para os alunos, a

frase na língua portuguesa, ao ser traduzida para o português sinalizado, não permitia sua compreensão, como vimos anteriormente. Além disso, a morosidade dos professores quando se expressavam por sinais e pelo alfabeto dactilológico provocava muitas diferenças entre a velocidade da articulação da fala e dos sinais. Para eles as informações se tornavam confusas e de difícil compreensão.

Por um lado, o tempo foi demonstrando que os procedimentos da comunicação total, apesar de terem facilitado a comunicação entre surdos e ouvintes, não estavam propiciando o desenvolvimento da língua portuguesa conforme o esperado, tanto na modalidade oral como na escrita. Porém, por outro lado, mesmo que os embates entre surdos e ouvintes estivessem caminhando para o reconhecimento da língua brasileira de sinais enquanto primeira língua da comunidade surda no contexto escolar, os dois objetivos principais do Curso Pré-Técnico Especial não estavam se concretizando. Isto é, os alunos não estavam se oralizando e nem concluindo o ensino fundamental nas escolas públicas e, consequentemente, não estavam ingressando no ensino técnico.

Essa problemática forçou a um redirecionamento nos trabalhos que o Curso Pré-Técnico Especial vinha desenvolvendo e a pergunta que se fazia na época era: qual o futuro escolar e profissional para os alunos surdos que não concluem o ensino fundamental na Grande Florianópolis?

Educação Profissional de Nível Básico: uma aproximação com os movimentos surdos da Grande Florianópolis

Em 1996, os professores do Curso Pré-Técnico Especial, em parceria com os da área técnica, elaboraram um projeto envolvendo alguns cursos de Educação Profissional de Nível Básico para surdos, com o objetivo de qualificá-los para o mercado de trabalho na região da Grande Florianópolis.

Legalmente o projeto foi executado porque a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC) passou a estimular cursos de Educação Profissional de Nível Básico, que até então eram de responsabilidade exclusiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A ampliação de vagas para esse nível de educação profissional deu-se a partir da reforma da educação profissional brasileira empreendida pelo governo federal, cujo objetivo era o de permitir ao trabalhador uma formação profissional “permanente”, voltada não mais para o emprego, mas para a “empregabilidade”. O início da materialização dessa proposta se deu quando a SEMTEC encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.603/96, determinando que:

as instituições federais e as instituições públicas e privadas, apoiadas financeiramente pela União, que ministram Educação Profissional deverão oferecer cursos de nível básico em sua programação regular, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

Entretanto, os cursos só se concretizaram através de um convênio firmado entre o Sistema Nacional de Empregos de Santa Catarina (SINE/SC) e a UNED/SJ, pois de acordo com as orientações da própria SEMTEC os cursos deveriam acontecer em parcerias, preferencialmente com as instituições privadas, para que não houvesse a necessidade de investimentos humanos e financeiros por parte das Escolas Técnicas.

Nesse sentido, os cursos profissionalizantes para surdos¹⁰ oferecidos em 1997 pela UNED/SJ convergiam em alguns aspectos com as proposições da SEMTEC. Eram cursos de Educação Profissional de Nível Básico cujos recursos financeiros não eram oriundos da Secretaria do Ministério da Educação, mas do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), e cujo foco da aprendizagem estava no “fazer”, isto é, eram cursos direcionados exclusivamente ao aprendizado de uma ou mais tarefas.

Diante da necessidade emergencial de qualificar quase dois terços da força de trabalho - cerca de 70 milhões de pessoas - que não possuíam sequer três anos e meio de escolaridade, os cursos para clientelas específicas, como os surdos, deixam de ser vistos como assistenciais e à parte, e se integram ao contexto da profissionalização dos trabalhadores. Isto é, para a instituição escolar, os surdos não mais se enquadrariam no rol de enfermos, poderiam ingressar no mundo do trabalho - e serem explorados - em igualdade de condições profissionais com os demais trabalhadores brasileiros.

Porém, ao mesmo tempo que tais cursos correspondiam à lógica governamental e, portanto, do capital, também se aproximavam em outros aspectos dos pressupostos teóricos da escola pública de jovens e adultos surdos de Paris¹¹ A estrutura dos cursos reconhecia a experiência visual dos surdos no acesso ao conhecimento sistematizado pela humanidade. Portanto, na organização e execução dos cursos priorizou-se o uso da língua brasileira de sinais, através da presença de intérpretes, da contratação do primeiro instrutor surdo¹³ e da formação de turmas somente com alunos surdos.

A concepção bilíngüe dos cursos de Educação Profissional de Nível Básico foi provocada pelas inquietações geradas por surdos e ouvintes no Curso Pré-

Técnico Especial e pelos estudos que alguns profissionais da UNED/SJ vinham realizando em relação às especificidades dos surdos (FERNANDES, 1990; SÁNCHEZ 1990; BRITO, 1993), o que permitiu uma nova abordagem metodológica para os primeiros cursos de profissionalização para surdos, pois

na perspectiva de aumentar a inserção do surdo no mercado de trabalho a equipe de Educação Profissional para Surdos está propondo cursos de qualificação e requalificação profissional, cujo principal objetivo é experienciar metodologias de ensino para surdos, no qual se faça a tradução para LIBRAS do “saber-fazer” de cada curso (SILVA, 1996, p. 6).

Apesar dessa compreensão sobre a educação de surdos, um dos principais problemas para a efetivação da proposta foi a falta de intérpretes reconhecidos pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), o que exigiu a contratação de profissionais que conviviam com a comunidade surda da Grande Florianópolis e que tinham um pouco de domínio da LIBRAS. Foi dessa forma que se propiciou a tradução para LIBRAS do “saber-fazer” dos cursos profissionalizantes. A adoção dessa alternativa de contratação de intérpretes, ao mesmo tempo que apresentou ganhos teve também perdas, como se observa na fala dos egressos dos cursos de Educação Profissional de Nível Básico:

- "Quando eu conhecia o intérprete ficava mais fácil para aprender. Portém, quando o intérprete era de outro lugar tinha sinais que eu não conhecia e aí ficava difícil para compreender. Além disso, tinha intérprete que usava o português sinalizado em vez de LIBRAS, tornando ainda mais difícil a compreensão" (S₁).
- "Para o surdo ficava mais fácil para aprender quando o intérprete convivia com a própria comunidade surda" (S₂).

Observou-se ainda que o universo lingüístico dos alunos também era diversificado, semelhante ao que ocorreu no Curso Pré-Técnico Especial, e que a presença dos intérpretes em sala de aula não garantia a aprendizagem de todos os alunos, pois alguns deles nem sequer conheciam os sinais mais usuais da língua brasileira de sinais.

A ampliação do número de alunos surdos na UNED/SJ a partir de 1997, tanto no Curso Pré-Técnico Especial como nos cursos de Educação Profissional de Nível Básico, tornou a escola um ambiente mais propício para a aquisição da língua brasileira de sinais. Além disso, os alunos surdos que freqüentavam a UNED/SJ proporcionaram uma maior aproximação

entre os movimentos surdos da Grande Florianópolis e os profissionais da escola, não só pelo ambiente bilíngüe, mas também pela presença entre os alunos de surdos politicamente organizados que lutavam por sua expansão social e política em Santa Catarina:

- "Antes os surdos da Grande Florianópolis não se preocupavam em se desenvolverem LIBRAS nem se preocupavam com sua organização política, eles só queriam jogar e fazer amizade. Os surdos no passado não eram valorizados, eles tinham que ser oralizados para serem aceitos. Os cursos profissionalizantes para surdos na UNED/SJ foram muito importantes para despertar na comunidade surda a importância de sua organização política" (S₇).
- "Foi muito importante, porque os surdos da Grande Florianópolis precisavam se organizar para reivindicar seus direitos, principalmente na educação e no trabalho" (S₈).
- "Eu concordo com (S₁) e (S₂), porém também foi importante ver os surdos de outros estados com muita experiência e que tinham interesse em socializar seus conhecimentos. A partir desses debates os surdos da Grande Florianópolis começaram a perceber que também deveriam iniciar sua luta para conquistar seus direitos" (S₉).

A presença dos surdos e o reconhecimento do uso da língua brasileira de sinais na escola começaram a romper com a visão sobre o aluno aceito na UNED/SJ, indicando um novo olhar do ouvinte em relação à diferença. O surdo, nesse contexto, passou a ser valorizado principalmente pela sua experiência visual e, consequentemente, a ter acesso aos conhecimentos do grupo majoritário, que também lhe pertencem, por meio de sua própria língua. Esse novo enfoque favoreceu também a mudança no olhar do surdo em relação a si mesmo, ao se sentir parte de um grupo coeso e perceber que podia atingir os mesmos níveis intelectuais que os ouvintes.

Assim, os primeiros cursos de Educação Profissional de Nível Básico confirmaram a importância de uma educação profissional bilíngüe para surdos e a necessidade de uma reestruturação do Curso Pré-Técnico Especial, frente à realidade educacional e de trabalho dos surdos na Grande Florianópolis.

Núcleo de Educação Profissional para Surdos: um novo espaço da comunidade surda na Grande Florianópolis

Em 1998, durante o processo de avaliação com a comunidade surda a respeito dos cursos profissionalizantes, o grupo de trabalho propôs a criação do

Núcleo de Educação Profissional para Surdos (NEPS), cujas atividades se centralizariam em cursos de Educação Profissional de Nível Básico para surdos, divididos em cursos de curta e média duração.

Para os cursos de curta duração, frente à experiência de 1997, ficou estabelecido que o principal objetivo não seria mais apenas a inserção de surdos no mercado de trabalho, mas sim que pais, professores e alguns surdos da Grande Florianópolis iniciassem sua formação na língua brasileira de sinais e passassem a conhecer um pouco mais sobre a história, a identidade e a cultura surda.

- *"Antes de começar os cursos de LIBRAS na UNED/SJ os surdos da Grande Florianópolis faziam os sinais com pouca expressão, o que muitas vezes dificultava a comunicação. Porém, quando os surdos do Rio Grande do Sul e do Paraná começaram a ministrar cursos na UNED/SJ, as coisas começaram a modificar, porque passamos a aprender a estrutura da língua de sinais, a importância da expressão corporal, a história da comunidade surda, a cultura surda e a organização dos movimentos surdos" (S.).*

Para alcançar esse objetivo foi elaborado um projeto envolvendo cursos de Educação Profissional de Nível Básico, preferencialmente para surdos que já dominassem a língua brasileira de sinais, pois *"se os surdos não dominarem uma língua como que eles vão aprender uma profissão?" (S.)*" e cursos de monitores, instrutores,¹³ intérpretes e de língua brasileira de sinais nos níveis básico e intermediário para surdos, pais de surdos e professores de surdos.¹⁴

Os cursos de curta duração na área profissionalizante, tanto em 1999 como em 2000, continuaram com a mesma estrutura dos cursos de 1997, e foram concebidos a partir de uma discussão com a comunidade surda. O resultado dessa discussão foi traduzido em cursos nas áreas de eletrônica, refrigeração e condicionamento de ar, artesanato e serviços, além de um curso direcionado para uma empresa, que tinha nove surdos trabalhando no setor de montagem de transformadores elétricos e necessitava se certificar na ISO 9000. Este curso confirma as palavras de Shiroma e Campos (1997) quanto à necessidade inclusive de empresas fornecedoras de se adequarem aos padrões internacionais de qualidade, mesmo com pouca inovação tecnológica e com trabalho rotineiro e parcelado, típico do modelo fordista/taylorista.

Porém, o que mais chama a atenção é que após os dois anos de cursos de Educação Profissional de Nível Básico se formaram cento e cinqüenta e três surdos, sendo que alguns deles chegaram a fazer oito cursos profissionalizantes.

- "Eu já fiz vários cursos profissionalizantes na UNED/SJ, entre eles Manutenção de Ar-Condicionado, Informática, Instalações Elétricas Prediais, Desenho Técnico, Auto-Cad, Solda Oxi-Acetilénica, Tecelagem e Montagem de Placas de Circuito Impresso. Porém, não consegui nenhum trabalho" (S).

Deste universo apenas sete surdos ingressaram no mercado de trabalho após a realização dos cursos profissionalizantes de 1999 e 2000, confirmando de certa forma as palavras de Fiód (2000, p. 8):

[...] o trabalho parece estar se tornando algo cada vez mais rarefeito. Estatísticas, noticiários cotidianos, estudos, pesquisas mostram a todo momento que não há trabalho produtivo para todos. O desemprego estrutural é, nesse sentido, apenas parte dessa realidade contraditória. Políticas destinadas a dizimar o desemprego e a ameaça de extinção de empregos não têm conseguido impedir que cada vez mais homens sejam expulsos do mundo do trabalho.

Se nesse caso o objetivo não foi alcançado por questões estruturais, não se pode dizer o mesmo dos cursos de curta duração que envolviam a formação de surdos e ouvintes na aquisição da língua brasileira de sinais.

Para concretizar essa parte do projeto articulou-se uma tríade entre os movimentos surdos da grande Florianópolis, FENEIS/RS e UNED/SJ. A compreensão que se tinha era de que os cursos de educação profissional para surdos nos níveis básico e técnico não poderiam avançar se os surdos, pais e professores não tivessem o domínio da língua brasileira de sinais. Nesse sentido, o objetivo da tríade pode ser representado pelo seguinte pensamento de Fernandes (2000, p. 31):

Assim, objetivamente, o que pretendemos é garantir o domínio de uma língua para dar bases sólidas ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Garantir a aquisição do conteúdo escolar é uma consequência natural desse processo e não a finalidade substantiva de nossa atuação.

Além do domínio da língua brasileira de sinais por parte dos pais, professores e surdos, os cursos também tinham como objetivo propiciar momentos de reflexão sobre a organização política e social da comunidade surda no Brasil e em Santa Catarina¹⁵ e suas consequências no contexto educacional e de trabalho.

Para alcançar essa finalidade, a primeira estratégia adotada foi a de contratar preferencialmente professores surdos que já vinham desenvolvendo esses cursos nos estados do Rio Grande Sul e Paraná, bem como os surdos de Santa Catarina que tinham liderança nos movimentos surdos e também eram bilíngües:

- *"Quando os instrutores e professores da FENEIS falavam em LIBRAS sobre os movimentos surdos, eu ficava impressionado com tantas coisas que eu não conhecia" (S.).*

A segunda estratégia foi a de reunir, em alguns momentos e num mesmo espaço, surdos, pais e professores que estavam realizando os cursos para discutir temáticas vinculadas às necessidades dos surdos. Como, nesses momentos, a maioria dos participantes eram surdos, naturalmente a língua majoritária passou a ser a língua brasileira de sinais, permitindo à comunidade surda expor suas idéias, o que provocou vários embates, principalmente quando os professores evidenciavam sua prática oralista, ou seja, queriam transformar os surdos em ouvintes através da oralização, negando a eles o direito de serem surdos.

- *"Eu ficava muito satisfeita quando via os surdos questionando os professores sobre sua prática pedagógica. Nessas atividades coletivas os surdos podiam discutir com os ouvintes, pois tinham intérpretes para traduzir o que estavam falando. Porém, a grande relevância desses cursos foi o fato dos surdos perceberam a importância de reivindicarem seus direitos, entre eles o de aprenderem na sua própria língua" (S.).*

A riqueza dessas experiências coletivas também marcou os pais ouvintes que tinham filhos surdos.¹⁶ Os pais passaram a perceber que seus filhos surdos procuravam preferencialmente os adultos surdos para conversar e ficavam horas com os seus pares, descobrindo um mundo lingüístico e social muitas vezes completamente novo para eles.

- *"surdo em casa não consegue conversar com os pais, porque os próprios pais não conhecem LIBRAS, mas nos encontros na UNED/SJ que envolviam pais, professores e surdos, as crianças surdas procuravam os surdos adultos para conversar e os surdos adultos ficavam explicando as coisas para elas" (S.).*

O ambiente bilíngüe¹⁷ na UNED/SJ permitiu que crianças, jovens e adultos surdos, mesmo os que tinham adquirido tardivamente a língua brasileira de sinais, ampliassem a sua visão de mundo e em especial a relevância da organização dos movimentos surdos em Santa Catarina.

Núcleo de Educação Profissional para Surdos: uma resistência a formação profissional unilateral

Até o momento tenho me referido apenas aos cursos profissionalizantes de curta duração, porém o Decreto nº 2.208/97 também trouxe consigo a possibilidade de se realizar cursos de média duração na Educação Profissional de Nível Básico, bem como de articular os conhecimentos teóricos e práticos - contrariando, dessa forma, a própria lógica da SEMTEC/MEC, quando estabelece no mesmo decreto a separação entre o ensino médio e técnico.

No artigo 4º do Decreto nº 2.208/97 temos que:

A Educação Profissional de Nível Básico é uma modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular. (BRASIL, 1997).

O governo federal, ao estabelecer que a Educação Profissional de Nível Básico não estaria “sujeita à regulamentação”, permitiu às Escolas Técnicas Federais estruturarem cursos profissionalizantes de nível básico sem a necessidade de pareceres da SEMTEC. Dito de outra forma, legalmente as Escolas Técnicas Federais poderiam criar cursos de Educação Profissional de Nível Básico que fizessem a articulação entre teoria e prática, além de poderem estabelecer o tempo de duração de cada curso. Além dessas duas possibilidades na criação dos cursos profissionalizantes de nível básico, o Decreto nº 2.208/97 também determinou que as instituições federais de educação profissional deveriam, obrigatoriamente, oferecer esses cursos a alunos de educação básica das redes públicas e privadas, bem como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

Pautado nesse Decreto, em 1999 o NEPS constrói com a comunidade surda o Curso de Instalações Elétricas Prediais,¹⁸ e em 2000 o Curso de Desenho Técnico¹⁹ voltado para jovens e adultos surdos.

A estrutura curricular dos cursos, ao mesmo tempo que se diferenciava, também se aproximava dos cursos de profissionalização de curta duração. Estes, mesmo sendo bilíngües, preparavam os alunos para atender diretamente às necessidades do mercado de trabalho, separando a formação geral da espe-

cífica, enquanto os cursos de média duração também eram bilíngües mas faziam a junção entre teoria e prática, contrapondo-se à lógica estabelecida na legislação. Com essa abordagem procurava-se romper com a proposta de educação profissional imposta pelo governo federal: aquela que tem como único objetivo preparar o trabalhador para gerar cada vez mais trabalho excedente para o capital. Para os profissionais do NEPS a questão não era apenas de socialização dos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas, sim, sua transformação em instrumentos de luta, ou seja:

A ciência somente será útil aos empregados, aos desempregados e aos excluídos, na medida em que os prepare para serem os novos organizadores sociais das forças produtivas existentes. Não basta ter acesso à ciência, não é suficiente socializá-la. Os trabalhadores precisam romper esta barreira histórica que impede que a riqueza por eles produzida se espalhe por toda a sociedade (FIOD, 1999, p. 9).

Além disso, a possibilidade de estruturar cursos de Educação Profissional de Nível Básico vinculando os conhecimentos teóricos e práticos a partir da língua brasileira de sinais também se aproximava de uma reivindicação da comunidade surda da Grande Florianópolis, isto é, uma profissionalização vinculada à escolarização. Segundo eles, isto aumentaria a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho, além de garantir a continuidade de seus estudos no ensino formal. Por um lado, percebe-se uma visão ingênua acerca do papel da escola em uma sociedade fundamentada na lógica do modo capitalista de produção, quando vinculam a escolarização à sua inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, como afirma Frigotto (2001, p.125), o “trabalhador reivindica escolaridade porque percebe que o saber, no interior das relações sociais em que vive, é uma forma de poder. Por isso, não lhe interessa estar fora da escola, como não lhe convém a defesa da desescolarização”. Em outras palavras: os movimentos surdos de Santa Catarina, ao longo de sua história, têm lutado por uma proposta de educação que democratize o saber, isto é, que os ouvintes reconheçam o papel das comunidades surdas na construção do saber produzido pela humanidade.

Esses cursos profissionalizantes de média duração não reduziam a formação profissional dos surdos a um esquema de adaptação às rotinas do processo de trabalho, mas buscavam desenvolver uma formação que lhes possibilitasse, tanto nos conteúdos como nos procedimentos metodológicos, terem a seu alcance

instrumentos para apropriar-se do saber historicamente produzido, sistematizado - e que sempre lhe foi negado - para elaborar e explicitar o seu saber [...] e ampliar, desta forma, sua capacidade de organização e de luta por seus objetivos mais gerais. (FIOD, 1999, p 9).

Porém, a principal bandeira de luta dos movimentos surdos da Grande Florianópolis só foi conquistada em fevereiro de 2001, quando os movimentos surdos com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina realizou um convênio com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) para escolarizar e profissionalizar os trabalhadores surdos da Grande Florianópolis em nível de ensino fundamental. Foi nesse projeto de formação profissional coordenado pelos próprios trabalhadores que o NEPS, em seu estágio mais avançado, vinculou trabalho manual e intelectual com certificação do ensino fundamental, ao criar o Curso de Educação de Jovens e Adultos Surdos com profissionalização na área de Desenho Técnico.

Considerações finais: pontuando alguns movimentos de rupturas na trajetória do NEPS

O primeiro deles está relacionado à passagem de uma educação profissional para surdos essencialmente oralista - os surdos no Curso Técnico de Refrigeração e Ar-Condicionado - a uma educação profissional bilíngüe crítica - os surdos nos cursos profissionalizantes de média duração e no ensino fundamental-, através dos cursos de nível básico e do Curso de Educação de Jovens e Adultos Surdos com profissionalização em Desenho Técnico. Isto é, se no passado o oralismo foi um limitante por sua visão clínico-patológica na educação de surdos, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina foi o desencadeador de uma nova proposta político-pedagógica que contraditorialmente, foi se construindo no espaço escolar, através dos embates entre os surdos que lutavam pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais no processo pedagógico e os profissionais ouvintes, que hoje, conjuntamente propõem uma educação profissional que permita ao surdo o acesso ao conhecimento sistematizado pela humanidade em sua própria língua.

O segundo inicia com as limitações impostas pelo Decreto nº 2.208/97 que, ao pretender qualificar quase dois terços da força de trabalho, obrigava à elaboração de cursos profissionalizantes rápidos, aligeirados, eminentemente

instrumentais; nesse cenário restritivo quanto à formação integral dos trabalhadores – num país que, segundo Frigotto (2001, p. 79) “fez tudo para que o trabalhador não fosse educado, não dominasse a língua, não conhecesse sua história, não tivesse acesso a seu saber, sua ciência e sua consciência” – abre-se a possibilidade de inclusão dos surdos, que deixam de ser vistos de forma assistencial e à parte, como enfermos, e se integram ao contexto geral de profissionalização dos trabalhadores brasileiros.

Essa mesma possibilidade - participar, em igualdade de condições com os demais trabalhadores brasileiros, dos processos de educação profissional – será encarada inicialmente como um limite, dadas as restrições do mercado de trabalho e o papel periférico da economia brasileira. Mas, o mesmo Decreto que desvincula o ensino médio do ensino técnico – e estamos diante de um terceiro movimento de ruptura – deixa a critério dos Centros Federais de Educação Tecnológica a regulamentação dos cursos profissionalizantes de nível básico, e portanto neles reside a possibilidade de vincular trabalho manual e intelectual, permitindo ao trabalhador a construção de uma visão geral sobre os processos de trabalho. Dito de outra forma, a Educação Profissional de Nível Básico, que tinha como intenção preparar de forma aligeirada o trabalhador para ser explorado pelo capital, acabou privilegiando, no caso dos surdos na UNED/SJ, o seu aprendizado, quando o Núcleo de Educação Profissional para Surdos criou os cursos profissionalizantes de nível básico de média duração e o Curso de Jovens e Adultos Surdos com profissionalização em Desenho Técnico, fazendo a junção entre trabalho manual e intelectual, não reduzindo a educação profissional, mesmo no nível básico, a um esquema de parcialização do processo de trabalho, mas desenvolvendo uma educação que prepare o trabalhador surdo para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, isto é, educar “não apenas para atender a realidade na sua complexidade e diversidade, mas principalmente para transformá-la” (FRIGOTTO, 2001, p. 92).

O quarto movimento aflora da criação de cursos de Educação Profissional de Nível Básico para formação de profissionais ouvintes bilíngües (LIBRAS - Língua Portuguesa), intérpretes, monitores e instrutores surdos, em parceria com os movimentos surdos da Grande Florianópolis e com a FENEIS, tendo como foco principal a organização social e política dos surdos e dos profissionais que trabalham com surdos na Grande Florianópolis, que em princípio em nada poderiam ser atendidos pelos objetivos do Decreto nº 2.208/97. Além disso, esses cursos não nasceram de uma visão ingênuas, ou seja, querendo resolver um problema histórico e social dos surdos apenas no contexto escolar, mas já trazia a perspectiva de se transformarem em espaços de lutas que pudesse combater as relações “ouvintistas” nas escolas públicas da Grande Florianópolis.

A partir dos movimentos que os próprios limites e possibilidades provocaram na trajetória do Núcleo de Educação Profissional para Surdos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, este estudo indica uma nova possibilidade: de se criar trabalhos político-pedagógicos na área da educação profissional comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, mesmo sobre a égide do Decreto nº 2.208/97 que representa os interesses do capital, pois o espaço escolar, no caso específico a UNED/SJ, também é formado por trabalhadores que defendem uma educação profissional, na qual o ser humano é o centro das atenções, e não o mercado. Isto significa dizer que uma educação profissional bilíngüe e crítica deve “passar ao largo da chamada qualificação para o trabalho, porque isto significa afirmar o pressuposto que nutre o capital: o trabalho vivo produtivo” (FIOD, 1999), e optar pela elaboração de propostas comprometidas com os movimentos surdos e com os “sindicatos de resistência”, na perspectiva de romper com as relações sociais de dominação, quer seja capital/trabalho, quer seja ouvinte/surdo.

Notas

- 1 O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto e desenvolve cursos de ensino médio e educação profissional nas modalidades de ensino básico profissional, técnico e tecnólogo. Atualmente o sistema tem 5.306 alunos e é composto pela Unidade Sede em Florianópolis (ETF/SC), a Unidade Descentralizada em São José (UNED/SJ), o Centro Politécnico em Jaraguá do Sul e a Unidade de Enfermagem em Joinville.
- 2 Triviños (1987), no livro “*Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*”, utiliza o termo “estudo de caso histórico-organizacional” para intitular investigações sobre a forma organizacional de setores, escolas etc”. Entretanto, nesta pesquisa, como se busca dar uma interpretação da trajetória de um núcleo pertencente a uma instituição, no caso, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, resolvi chamá-lo de estudo de caso *histórico-institucional*.
- 3 Este artigo foi escrito a partir de minha dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, cujo título é: A Luta dos Surdos pelo Direito à Educação e ao Trabalho: Relato de uma Vivência Político-Pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

- 4 UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ (1988). *Estrutura Curricular do Curso de Refrigeração e Ar-Condicionado*, p. 10.
- 5 Neste artigo o Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem será denominado apenas por “Projeto”.
- 6 Amman era um médico suíço que tinha como objetivo assemelhar os surdos aos ouvintes através de procedimentos de leitura labial com o uso do espelho. Ele queria que os surdos imitassem mecanicamente os movimentos da língua falada.
- 7 Heinicke era um autodidata e militar alemão que deu continuidade aos objetivos de Amman. Ele também fundou e dirigiu a primeira escola pública oralista para surdos na Alemanha. Afirmava publicamente que “ningún otro método puede compararse con el que yo he inventado y practico, por que el mío se basa por entero en la articulación del lenguaje oral”.
- 8 Para Goldfeld (1997), a notação “língua_b” é usada para representar a língua “no sentido de Bakthin, ou seja, um sistema semiótico, criado e produzido no contexto social e dialógico, servindo como elo de ligação entre psiquismo e ideologia”.
- 9 Segundo Vieira (2000, p. 37), a abordagem oralista multi-sensorial enfoca a reabilitação do deficiente auditivo através da “integração dos vários registros sensoriais num todo significativo e coloca que (...) a máxima comunicação para o deficiente auditivo ocorre quando visão e audição atuam de forma integrada”.
- 10 Nesse ano foram oferecidos os cursos de Informática Básica, Desenho Arquitetônico Básico, Eletricista Residencial e Solda Oxi-Acetilênica e a carga horária dos cursos variava entre 60 e 180h.
- 11 Na escola de jovens e adultos surdos de Paris os sinais cumpriam as mesmas funções das línguas faladas e, portanto, permitiam a comunicação efetiva entre surdos e ouvintes. E é com essa língua comum (língua de sinais) que se inicia o seu processo de reconhecimento. Para essa escola, os sons articulados não eram o essencial na educação de surdos, mas sim, a possibilidade que tinham de aprender a ler e a escrever a partir de sua primeira língua, a língua de sinais. É interessante realçar que, nessa época, a educação de surdos tinha os mesmos objetivos que a educação dos ouvintes, isto é, o acesso à leitura.
- 12 O instrutor surdo era bilíngüe com formação técnica na área de Refrigeração e Ar-Condicionado, e militante dos movimentos surdos da Grande Florianópolis.

- 13 Como são poucos os surdos que possuem a formação acadêmica nas licenciaturas e pedagogia, a FENEIS tem estimulado cursos de *monitores*, para surdos que têm o ensino fundamental e de *instrutores*, para surdos que têm o ensino médio, para trabalharem em sala de aula com professores ouvintes, preferencialmente na Educação Infantil, para que a criança surda tenha a possibilidade de aprender no espaço escolar a língua brasileira de sinais.
- 14 Em 1999, devido ao sucesso dos cursos realizados em 1997, o SINE/SC solicitou à direção do Núcleo de Educação para Surdos que também realizasse esses cursos profissionalizantes e de Língua Brasileira de Sinais nas regiões de Tubarão e Itajaí.
- 15 Nesses debates discutiam-se questões como: a importância da língua brasileira de sinais para as comunidades surda e ouvinte, educação de surdos, as políticas públicas na área da surdez, a história dos movimentos surdos, etc.
- 16 Nesse espaço se reuniam em torno de 130 a 150 pessoas, cuja maioria era de surdos. Porém, o que mais chamou a atenção foi o fato que, nesse universo, apenas uma criança surda era filha de pais surdos.
- 17 Este ambiente lingüístico envolveu um universo de 303 pessoas, entre surdos e ouvintes, sendo que ao longo desse processo 267 pessoas concluíram o nível básico e/ou intermediário da língua brasileira de sinais; 13 ouvintes passaram a ser intérpretes autorizados pela FENEIS/RS; 16 surdos se habilitaram para monitores e 5 surdos para instrutores; 54% dos professores que ministraram os cursos eram surdos.
- 18 O Curso de Instalações Elétricas Prediais foi um curso de Educação Profissional de Nível Básico com a duração de um ano, envolvendo conhecimentos nas áreas de Linguagem, LIBRAS, Português, Comunicação Verbal, Matemática, Ciências, Eletricidade, Informática e Desenho.
- 19 O Curso de Desenho Técnico tinha a mesma estrutura do curso de Instalações Elétricas Prediais, porém com as disciplinas de LIBRAS, Português, Matemática, Ciências, História, Comunicação Verbal, Desenho Técnico, Auto-Cad e Informática.

Referências

- BRASIL - Ministério da Educação. *Decreto nº 2.208*. Brasília: MEC, 1997.
- _____. - Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases*. Brasília: MEC, 1996.
- BRITO, L. F. *Integração & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 1.603*. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

FERNANDES, Eulália. Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas. *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 48-51, jun. 2000.

_____. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FIOD, Edna Garcia. *Princípios para uma educação profissional autônoma*.

Florianópolis: UFSC, 2000. Mimeografado.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora*. Rio de Janeiro: UFF, 2001. Mimeografado.

_____. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDFELD, Marcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina B. F. *Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos*. 1996. Tese, (Doutorado em Psicologia da Educação) – UNICAMP, Campinas, 1996.

MASUTTI, Mara Lúcia. *Contextualização do Curso Pré-Técnico Especial e exposição de motivos para formação de quadro de pessoal*. São José: UNED/SJ, 1996.

SACENTI, Dorotí Rosa. *Projeto Experiencial para o Desenvolvimento Cognitivo e da Linguagem*. São José: UNED/SJ, 1992.

SÁNCHEZ, Carlos M. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas: Editorial Ceprosord, 1990.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselane F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 61, 1997.

SILVA, Vilmar. *Cursos de qualificação e requalificação profissional para surdos*. São José: UNED/SJ, 1996.

_____. *A luta dos surdos pelo direito à educação e ao trabalho : relato de uma vivência político-pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC, Florianópolis, 2001.

SILVA, Vilmar, et al. A linguagem não verbal na construção do conhecimento: uma vivência sóciopoética. In: GAUTHIER, Jacques et al. (orgs.) *Uma pesquisa sociopoética*. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2001.

SKLIAR, Carlos (Org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. *A escola para surdos e as suas metas: repensando o currículo numa perspectiva bilingüe e multicultural*. Porto Alegre: UFRGS, Mimeografado, UNICAMP, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ. *Estrutura Curricular do Curso Técnico de Refrigeração e Ar Condicionado*. UNED/SJ: São José, 1988.

VIEIRA, Maria I. S. *O efeito do uso de sinais na aquisição de linguagem por crianças surdas filhas de pais ouvintes*. 2000. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica -PUC, São Paulo, 2000.

Recebido em 02/04/2003

Aprovado em 25/07/2003

Vilmar Silva

Endereço Rua: José Lino Kertzer, 608- Praia Comprida

88103-310 - São José - SC

svilmar@terra.com.br